

A crise da democracia liberal e a difícil saída pela esquerda: uma análise a partir da luta
com o MTST-SP

Philippe Scerb

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP

Trabalho preparado para apresentação no X Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP, de 19 a 23 de novembro de 2020

Resumo:

A força política que tem tirado melhor proveito da crise profunda por que passa a democracia liberal é a extrema-direita. Apesar de inúmeras particularidades regionais, lideranças e partidos reacionários têm emergido como única superação possível da ordem social em decomposição ao redor do mundo. Este trabalho pretende contribuir para a compreensão dos limites de uma estratégia de transformação radicalmente democrática e igualitária da realidade política e econômica que conte com o apoio e a participação dos trabalhadores mais pobres na periferia do capitalismo. O que é feito por meio de uma pesquisa de inspiração etnográfica conduzida com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em São Paulo, desde o início de 2017. Um movimento que é tido como eficaz, em um contexto de precária mobilização da classe trabalhadora, na organização popular e na luta direta por direitos que o Estado brasileiro não assegura aos cidadãos mais pobres. No entanto, na mesma medida em que o MTST desestabiliza a ordem para organizar trabalhadores atomizados e alcançar conquistas que lhes são caras, é na acomodação a ela que ele e sua base social encontram seus respectivos objetivos políticos e econômicos. Uma relação eminentemente ambígua e que traduz os limites de uma ação política radical que tenha como esteio o engajamento ativo de um subproletariado hostil ao conflito aberto com instituições e valores que sustentam a ordem social. Qualquer força de esquerda que seja radical e popular, ao mesmo tempo, terá de lidar com trabalhadores que já não almejam o autogoverno, mas que são impelidos a mostrar como querem ser governados.

A força político-ideológica que mais tem se beneficiado da crise por que passa a democracia liberal é a extrema-direita. Em diferentes países, discursos e lideranças de corte nacionalista e reacionário despontam como única alternativa possível a um sistema tido como incapaz de representar interesses e expectativas de pessoas comuns desconfiadas de práticas e instituições políticas tradicionais. Não é descabido pensar, porém, que o atual interregno também abre margem para a recuperação de um ethos radicalmente democrático à esquerda (Fraser, 2020). De um lado, porque os programas de lideranças reacionárias não resolvem os problemas que as levaram ao poder - notadamente, a crescente desigualdade social, a precarização e a escassez de trabalho e renda e a perspectiva disseminada de pauperização - e inauguram outras disfunções materiais e simbólicas. Daí o enfraquecimento provável de forças que, em parte, não entregam o que prometeram e, quando o fazem, não alteram o sentimento de mal-estar de seu eleitorado com a simples opressão de grupos subalternos. De outro lado, porque a alternativa mais óbvia para a esquerda, a saber, de se ater aos princípios da democracia liberal frente aos riscos do populismo de direita, cujos limites não demoram a aparecer, apenas reforça os elementos que estão na origem de sua ascensão. Em outras palavras, na medida em que a ordem em crise não é despojada de suas contradições, a esquerda que aposta na sua defesa perde qualquer distinção em relação à direita convencional e tende à irrelevância (Mouffe, 2015; Streeck, 2017). O que só faz alimentar contra-movimentos, progressistas e reacionários, atraídos pela esperança, mais ou menos vaga, de transformação.

No último período observamos, com efeito, a ascensão de uma série de movimentos que apontam para a recuperação de um horizonte radicalmente democrático. Poderíamos falar aqui do ciclo de protestos que, no início da última década, tomou ruas e praças de cidades como Madri, Nova York, São Paulo e Istanbul. Mas também de iniciativas político-partidárias, com laços pelo menos indiretos com essas manifestações destituíntes. Como foi o caso do partido grego Syriza, do espanhol Podemos, da Frente Ampla chilena, da França Insubmissa e de movimentos internos a partidos tradicionais e liderados por Jeremy Corbyn, na Inglaterra, e Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez, nos Estados Unidos.

No entanto, o caráter episódico dos grandes protestos e o insucesso recorrente, embora variado, dessas ofensivas eleitorais têm fortalecido uma postura mais prudente do campo progressista, uma certa acomodação com os valores e instituições da democracia liberal em sua face pós-democrática, para usar o termo de Colin Crouch (2000), supostamente apta a resistir aos ataques

do populismo de direita. Uma opção justificada do ponto de vista político e normativo, mas que, ao recusar propor uma alternativa substantiva a uma ordem em crise, tende a aprofundar a sua decomposição.

Este artigo se propõe a analisar, justamente, os limites e as tensões de uma estratégia política que se pretenda popular e radicalmente progressista em seus meios, pois apoiada na rearticulação dos cada vez mais apartados mundos social e político, e em seus fins, pois comprometida com a instituição de uma sociedade profundamente igualitária. O que é feito, para o caso brasileiro, a partir de uma observação participante da luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em São Paulo, entre 2017 e 2020.

Quem olha de fora enxerga apenas potência no MTST. De fato, sua capacidade de mobilização dos setores mais pobres das periferias das grandes cidades, geralmente atomizados pelas relações de produção em que estão inseridos e em um contexto de precária organização dos trabalhadores, é notável. Os importantes processos de luta conduzidos pelo movimento, a quantidade razoável de conquistas e a projeção da frente Povo Sem Medo e de Guilherme Boulos como atores centrais no cenário progressista brasileiro só reforçam a impressão de uma organização robusta, popular e radical.

Contudo, a análise que se segue pretende apontar para alguns dos constrangimentos que se apresentam ao desenvolvimento de uma alternativa substantiva à ordem apoiada na organização e na participação de um subproletariado que tem, via de regra, como notou André Singer, preferências conservadoras. O consentimento da base social do movimento com retórica, tática e estratégia instituintes deve ser nuançado e colocado em perspectiva. A luta a priori radical, nos âmbitos prático e discursivo, se deve a um imperativo de sobrevivência – ou de ampliação das possibilidades de vida, nos termos de Gago (2018) – que não é incompatível com um horizonte conformado ao poder instituído. Antes de promover a aspiração a uma espécie de autogoverno, o processo contemporâneo de desdemocratização tem levado os dominados a, no máximo, mostrar a uma ordem que não vislumbram destruir ou dirigir como querem ser governados (Chatterjee, 2004). O que fazem, aparentemente, por meio do conflito aberto e direto, mas que na realidade é política e simbolicamente mediado pelos traços conservadores do senso comum.

Tentarei mostrar, a partir da luta do MTST, como a possibilidade de instituir algo próximo à soberania popular em um país que se debate com uma crise econômica e social que o

aprofundamento da pós-democracia já mostrou ser incapaz de superar, à esquerda, pela conexão difícil entre ataque e acomodação à ordem. E a organização, as dinâmicas sociais que se desenrolam no cotidiano e as narrativas empregadas pela direção e pela base do movimento consistem em um rico material para a análise de seus limites e de seu potencial. Este artigo se concentra na primeira dessas duas dimensões. Ou seja, no caráter ambíguo, para não dizer conservador, de uma luta pela transformação estrutural das relações sociais, econômicas e políticas. As dificuldades encontradas para a conformação de um movimento instituinte no MTST servem, aqui, para ilustrar os desafios de uma esquerda que se pretenda radical na crítica à ordem liberal. Se a própria base do movimento, formada por pessoas cujas privações materiais as levaram a contrariar um arcabouço normativo fortemente arraigado nas camadas populares a ponto de participar de uma “invasão de terra”, já revela o apelo restrito de uma ação política radicalmente democrática, podemos imaginar a realidade fora dela.

Por fim, a relação que o próprio movimento, informado pela visão de mundo de sua base social, estabelece com a ordem é mais ambivalente do que se costuma imaginar. Pois se essa ordem é responsável pelas mazelas que o trabalhador periférico vive no dia a dia, é nela que ele deposita, por um lado, boa parte de suas expectativas de mudanças, melhorias e, em última instância, sobrevivência. E, por outro, sentimentos de pertencimento e amparo. Daí parte da força de um populismo de direita atrelado à preservação de velhas hierarquias e tradições. A segurança do passado, em que pese sua dimensão arcaica e desigual, se faz mais muitas vezes mais atraente, aos olhos de camadas médias e também populares, do que a incerteza de um presente que anuncia um futuro de privações materiais e simbólicas. Em suma, um projeto que vá contra a ordem, nos termos colocados pela esquerda contemporânea, tem poucas chances de contar com o apoio da maioria dos trabalhadores na periferia. E isso vai além da simples adesão dos mais pobres a um senso comum contrário aos seus interesses.

É isso que pretendo mostrar a partir de um trabalho de inspiração etnográfica e que assume a perspectiva de uma construção parcial, situada, do conhecimento (Haraway, 1988). O que não deve implicar, porém, em qualquer tipo de condescendência com o objeto e os sujeitos em análise. E é exatamente essa falta de condescendência que me permitiu questionar curiosidades e certezas que levava comigo no início de minha trajetória com o MTST. Deparei-me com um mundo menos ideal, mas com uma realidade certamente mais rica e complexa. A seguir, desenvolvo, por meio

de episódios vividos e conversas recorrentes, cinco afetos conservadores, embora ambíguos, presentes na base do movimento.

Vai ter bomba?

Eu nunca participara de um ato com um clima tão pesado. O atraso entre a hora marcada e a saída da marcha é normal. Mas, naquele dia, havia algo estranho na demora. Desde a concentração, às 14 horas, já haviam se passado quase duas horas e tínhamos poucos sinais de que o ato começaria a andar. Mesmo sem falar com os dirigentes à frente das negociações com o governo do estado, sabia que algo não corria bem e talvez por isso sentia no ar a impaciência de boa parte das coordenações e dos acampados que esperavam ao lado da estação São Paulo Morumbi do metrô.

Finalmente partimos, por volta das 16h30, em direção ao Palácio dos Bandeirantes. A orientação era para que o ato avançasse lentamente. O que fez com que chegássemos à frente do estádio do Morumbi às 17h15. Alguns meses antes, também havíamos parado por ali. Uma comissão subira em direção ao Palácio e não muito tempo depois voltara com uma boa notícia para alguns milhares de pessoas que a esperavam com tranquilidade e paciência. Dessa vez, porém, ninguém sentou à sombra das árvores. Ficaríamos ocupando a rua até que o governo destacasse um interlocutor de peso para negociar com o movimento. Não aceitaríamos uma reunião com um subordinado sem poder de decisão.

As pessoas, já cansadas depois de tanto tempo em pé, já não se animavam a cantar nossos gritos de ordem. Nesse momento, todos sabiam que alguma coisa estava errada, que aquele ato demoraria mais do que se imaginou. Depois de meia hora de espera, finalmente uma boa notícia: seríamos recebidos pelo secretário de habitação. Imediatamente, um sentimento de alívio se despejou sobre a massa e substituiu a apreensão que reinava até então. A normalidade se instalou e agora se viam acampados e coordenadores comprando e vendendo pipoca, água e refrigerante, sentados em qualquer apoio que servisse de banco.

Mas já era noite quando, de novo, o clima mudou. Chegara para o dirigente responsável pelo ato que a negociação não avançara e que os representantes do governo não demonstravam nenhuma disposição em flexibilizar sua intransigência. A saída seria organizar o povo e ensaiar um avanço no sentido do Palácio. Acelerado, mas com a segurança de quem sabia o que estava fazendo, G.,

militante experimentado, convocou as pessoas para voltar à rua e retomar o ato. Muitos correram para a dianteira da manifestação. A tensão e o medo frente à barreira da tropa de choque formada a poucas centenas de metros se impunham. Despreparados para o confronto, estávamos em clara desvantagem. Mas a adrenalina do conflito e a convicção da legitimidade de nossa reivindicação eram suficientes para motivar os homens e as mulheres que se posicionavam na linha de frente, assim como a necessidade de fazer as negociações avançarem movia aqueles que nos seguiam. A maioria dos acampados, porém, não se deixava contagiar pelo espírito de guerra que movia a minoria e, apática e receosa, permanecia distante da frente do ato, quando não fora dele.

Depois de ficarmos parados durante quinze minutos, passamos a avançar a passos rápidos. Nesse exato momento, foram disparadas as primeiras bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral. Enquanto pouco mais de cem pessoas resistiam, o restante corria, desesperadamente, para trás. E assim que outras bombas caíram, agora à frente dos que ali ainda permaneciam, ninguém mais resistiu. A passos rápidos, mas sinuosos pelo efeito do gás, voltamos na direção de nossos companheiros. Muitos deles já deitados, sentados, tossindo, chorando.

Cerca de trinta minutos depois, a comissão voltou para anunciar em assembleia que, graças à disposição em resistir de todos que estavam ali, as negociações avançaram. “Do palácio, eles ouviram a bomba e perceberam que o MTST não iria sossegar sem uma resposta”, disse J. Mas caso o governo não atendesse às reivindicações na reunião agendada para aquela semana, um novo ato teria que ser convocado. “Afinal, é só na força, na pressão, que nós asseguramos os nossos direitos”.

Voltando para casa, já na plataforma do metrô, encontrei alguns acampados da ocupação Marielle Vive, que àquela altura já acompanhava de perto há um ano e meio. Conversando com uma parte deles, uma senhora presente em quase todos os atos e assembleias, claramente assustada, me disse: “eu não volto no próximo. Tá louco.”

Com efeito, um outro ato foi chamado para duas semanas depois com os mesmos pontos de concentração e destino. Ele foi muito menor que o anterior. Nos dias que o antecederam, por volta de dez coordenadores e acampados me procuraram para perguntar se dessa vez teria bomba. O clima foi tenso desde o início e muitas pessoas subiram as ruas nas imediações do palácio para “se esconder” em caso de possível confronto. A chuva inesperada ainda agravou a impressão de esvaziamento e fez com que poucas centenas de pessoas permanecessem devidamente

posicionadas para o eventual embate com a polícia. Mas, felizmente para quase todos que estavam ali, ele não foi necessário. A negociação avançou e todos puderam voltar para casa com a sensação de dever cumprido e a certeza de que haviam dado mais um passo na direção de sua moradia.

*

Em “Os sentidos do Lulismo”, André Singer (2012) mostrou como o sucesso eleitoral dos governos petistas decorreu, em boa medida, do seu caráter conservador. A mudança incremental da ordem, avessa ao conflito, não atendia apenas os interesses das elites econômicas. O estrato mais pobre da população também seria hostil a qualquer processo que tivesse como meio a instabilidade da ordem social. O que não se devia apenas ao apego das camadas populares a símbolos e práticas tradicionais. Mas a uma variável eminentemente material na medida em que o subproletariado, à margem das relações formais de produção, tem sua renda prejudicada pelo acirramento da luta de classes. Basta pensar no vendedor ambulante ou na diarista que, desprovidos de qualquer proteção sindical ou legal, não conseguem trabalhar em um dia de greve em que o transporte público não funciona. O considerável universo de trabalhadores informais e por conta própria no Brasil é prejudicado por processos acentuados de conflito entre o capital e o trabalho. Diferentemente dos trabalhadores fabris, as relações de produção em que estão inseridos não os forjam para o confronto. Luta, no léxico e no imaginário do subproletariado, não significa enfrentar um sistema de exploração e seus representantes políticos, mas o esforço diário pela sobrevivência.

É curioso pensar, aliás, que a principal experiência de um governo progressista no Brasil só tenha sido possível em função de sua face conservadora. No sentido de uma prudência destinada não só a garantir a tolerância das frações burguesas a alguma redistribuição. Mas também, e talvez sobretudo, porque os trabalhadores mais pobres não desejavam o conflito e foram favorecidos por uma acomodação relativamente progressista com a ordem. Não por acaso, analistas como o próprio Singer (2018) atribuem o desgaste do PT no governo federal à radicalização política e econômica ensaiada por Dilma.

Embora constituam o setor mais vulnerável da sociedade, os trabalhadores mais pobres não estão necessariamente inclinados a uma ação política destituente ou instituinte, pelo contrário. É na interlocução direta ou indireta com o poder estabelecido e na convivência difícil com a ordem que eles encontram meios para expandir suas possibilidades de sobrevivência. No caso do MTST, é evidente para a sua base que apenas a organização e a pressão sobre os governos eleitos é capaz

de fazer avançar a demanda pela moradia. No entanto, isso não significa a subversão das normas que regulam as relações políticas, econômicas e sociais e, menos ainda, processos violentos que colocam em risco sua integridade física e moral. São as próprias autoridades constituídas a quem se recorre para resolver um problema. O que se manifesta na preferência por uma ação mediada, em que um representante mais capaz, mais preparado, defende seus interesses, ou pelo menos parte deles, perante o poder.

É curioso notar como o próprio Lula percebeu rapidamente os limites de um discurso e de um programa de enfrentamento radical com a ordem e as elites. Inclusive no que diz respeito à dimensão descritiva da representação política. Em “A lógica da diferença”, Margaret Keck (1991, 259) comenta que Lula e parte do PT compreenderam que os trabalhadores não queriam, necessariamente, votar em outros trabalhadores, como sugeria o slogan do partido no início de sua trajetória. Parte do resultado eleitoral decepcionante em 1982 foi atribuída ao fato de que a apresentação dos candidatos petistas como trabalhadores, iguais aos eleitores, não surtiu efeito positivo. Segundo Lula, o trabalhador queria em posições de poder político alguém melhor, não igual a ele. Por mais críticos que os eleitores fossem do sistema e da classe política, eles ainda consideravam que certas pessoas, dotadas de determinados títulos, deveriam governar.

O PT, portanto, ao mesmo tempo em que projetava o princípio da participação direta, por meio de sindicatos, movimentos sociais, comunidades eclesiais de base e da ampliação de mecanismos institucionais no seio do Estado, não abria mão do valor da representação política no seu sentido mais próprio. A saber, como mostrou Manin (1997), da seleção dos melhores, de uma elite que, por motivos diversos, seria mais preparada para governar e agir por dentro das regras instituídas. Embora no caso petista o título se referisse menos a condições de classe e mais à capacidade política, ele permanecia presente junto a camadas marcadas por um profundo sentimento de inferioridade. Com efeito, a desigualdade social profunda que perdura no Brasil tem efeitos políticos de grande relevância para além daqueles mais conhecidos. A falta de autoestima dos trabalhadores mais pobres é evidente e limita não apenas o seu envolvimento nos espaços de poder, mas também a própria ideia de que eles podem e devem ser representados por um igual. Mais que transformar o sistema substancialmente e com suas próprias mãos, os trabalhadores de hoje preferem alguém capaz de reformá-lo sem que isso implique grandes abalos a uma ordem que, querendo ou não, ainda permite a sua sobrevivência.

Esse lado é do Guilherme

Em um domingo ensolarado de junho de 2017, fui à Povo Sem Medo de Guarulhos e tive meu primeiro contato com uma “novinha”. A ocupação existia há uma semana e fiquei impressionado com a quantidade de gente que ia e vinha carregando lona, madeira, enxadas, martelos, comida... Para mim, tudo era muito confuso, mas a militância lidava com naturalidade e aparentava uma paz impossível em meio àquele caos. Mesmo que não conhecessem ninguém ali, seus gestos revelavam a confiança de quem controlava a situação.

Pela brigada de formação, tínhamos sido chamados para ajudar em tarefas organizativas. Lá chegando, fomos orientados a definir o perímetro de cada G (as ocupações do MTST são divididas em grupos) de forma a abarcar 200 barracos e numerar aqueles em condições aceitáveis.

Eu estava no MTST há menos de três meses, não conhecia quase ninguém na militância e não tinha nenhuma experiência em ocupações. Aquele ambiente e aquelas pessoas representavam uma realidade completamente distinta da minha e era simplesmente impossível me sentir à vontade, pois não dominava os códigos políticos e sociais do espaço em que me encontrava. No entanto, a tudo isso se contrapunha o respeito que recebia dos novos acampados. Simplesmente porque eu tinha uma lata de tinta em uma das mãos e um pincel na outra. À autoridade que eu encarnava naquele momento pedia-se a aprovação e o reconhecimento que, como havia sido dito em assembleia, seria atestado pela numeração dos barracos – a identidade de cada uma daquelas pessoas perante o movimento.

“Assim tá bom?”; “Marca aqui?”; “O que quer dizer isso?”; “São esses dois, tá?”; “Eu não recebi o número ainda” foram algumas das inúmeras interpelações que me fizeram ao longo daquela manhã. E além da lata de tinta na mão, minha forma de me vestir, de andar e de falar demonstravam que eu não estava lá pelo mesmo motivo que eles. Eu simbolizava, querendo ou não, a autoridade responsável por tudo aquilo e que, naquele instante, representava a expectativa daquelas pessoas de ter uma casa digna ou, simplesmente, de fugir do aluguel.

Na primeira vez em que estive no condomínio João Cândido, construído a partir da luta do MTST na cidade de Taboão da Serra, uma moradora, antiga acampada do movimento, me apresentou o espaço. Aparentando muito orgulho, ela apontou para os prédios que formam o conjunto e disse: “Aquele lado é do Paulo Felix [liderança do Movimento Sem Teto de Taboão] e esse lado é do Guilherme [Boulos]”.

*

Se voltarmos a Lula, podemos notar que sua popularidade entre os mais pobres carrega uma importante valorização do poder estatal. Os avanços promovidos por seus mandatos são atribuídos ao próprio governante e, marginalmente, ao programa implementado por ele e às condições estruturais que encontrou. A memória nostálgica que envolve os governos Lula tem em sua figura um referente máximo e pouco, para não dizer nada, de participação popular. Em outras palavras, a experiência política recente mais apreciada pelos trabalhadores tem uma dimensão eminentemente representativa, em que o povo, mais ou menos organizado, teve um papel quase irrelevante - a não ser no que diz respeito ao esforço individual necessário para “subir de vida”. Reforça-se, assim, a impressão de que a única forma de ação política efetiva é o voto, a despeito de seu caráter pontual e irrisório num universo de milhões de eleitores e da desconfiança generalizada nos atores políticos.

O apreço pela autoridade que se enxerga na avaliação positiva dos governos Lula está presente também na forma como os acampados do MTST se relacionam com ele. O movimento despontou como ator expressivo na esquerda em meio a um ciclo global de protestos que colocava em xeque as formas tradicionais de ação política. A ocupação espontânea de praças, a eclosão de movimentos horizontais e a emergência de partidos comprometidos com a mais ampla participação cidadã sinalizavam uma transformação dos atores e da prática política convencional. Estruturas verticais deveriam dar espaço a formas mais fluidas de organização, mecanismos horizontais de tomada de decisão e que tivessem a autonomia dos agentes como princípio fundador (Graeber, 2015). Tudo o que o MTST não é – e não exatamente em função de um ímpeto autoritário de sua direção. Na realidade, a organização heterônoma do movimento e pouco participativa de suas diferentes instâncias deliberativas decorrem muito mais, de um lado, da preferência da base em não se envolver ativamente nas decisões coletivas e, de outro, por uma confiança, aliada a uma disseminada insegurança da militância intermediária, nos seus dirigentes. Em boa medida,

poderíamos dizer que há um apreço pela concentração do poder e da responsabilidade que conduz a uma certa acomodação com uma estrutura vertical de organização.

O mesmo sentimento de trabalhadores que não votaram no PT em 1982 por aspirarem a representantes “melhores” e “mais preparados” que eles preside a relação da base com a direção do MTST – e tem uma forte dimensão pragmática. Guilherme Boulos é sempre perguntado a respeito da legitimidade que tem, com origem na classe média alta de São Paulo, para dirigir um movimento formado pela camada mais pobre da sociedade. Questiona-se sua qualidade de representante máximo de um grupo com o qual não partilha a condição mesma que o articula. No início de minha trajetória com o MTST, eu também me perguntava a respeito da relação com pessoas que fatalmente reconheceriam traços que delas me distinguem. Ainda sou muito questionado acerca desse contraste entre uma certa militância vinda de setores médios e uma base consideravelmente vulnerável. Geralmente, essas perguntas vêm carregadas da impressão de que os sem-teto não aceitariam uma representação pouco descritiva, usando o conceito de Pitkin (1984).

Contudo, assim como os trabalhadores dos anos 80 não queriam indicar outros trabalhadores para os governos e os poderes legislativos, os sem-teto de hoje não querem, via de regra, sem-teto representando-os junto a esses mesmos poderes. Por razões um tanto óbvias e que remontam ao estigma que essa população carrega quanto à sua qualificação e à ausência de qualquer “título” para reivindicar qualquer coisa perante autoridades instituídas, mesmo que seja um direito assegurado pelo arcabouço legal. Mas há também uma avaliação pragmática de que alguém mais parecido com os ocupantes do poder terá mais chance de êxito. Pessoas como Guilherme Boulos, que compartilham códigos, vocabulário e repertório cultural com os que controlam o poder estabelecido gozam de mais confiança do que pessoas que poderiam compartilhar um teto de lona com qualquer acampado numa ocupação do MTST. Uma confiança que se desdobra, aliás, para as tarefas políticas mais diversas, como conduzir uma assembleia, liderar um ato e organizar o dia a dia de uma ocupação. Há casos notáveis de quadros políticos que entraram no movimento a partir da luta pela moradia. Mas o processo para que eles adquiram credibilidade e respeito da base é muito mais longo e árduo do que o percorrido por alguém com atributos típicos da classe média

A ausência de uma dimensão descritiva na representação popular é, portanto, muito menos tensa do que se costuma imaginar. E aqui podemos pensar no trabalho de Ernesto Laclau (2013) sobre a

compreensão da política a partir da relação que se estabelece entre uma massa heterogênea e um líder, responsável por articular em torno de sua figura e do povo como significante vazio demandas desconexas de maneira a conferir responsividade à representação. Fenômeno fundamental, de fato, para atender os interesses de grupos subalternos, mas que acaba por outorgar ao líder um quase monopólio sobre o poder, que esvazia da política sua incontornável dimensão instituinte (Castoriadis, 1990). É claro que uma transformação social profunda por meio da representação é possível, mas mesmo que o representante esteja sujeito à necessidade de articular demandas vindas de baixo, é ele quem tece e elabora, desde cima, a rede de equivalências que dá sentido a sua ação.

A representação, como já foi dito, carrega a ideia de que alguém mais qualificado defende melhor os meus interesses do que eu mesmo. Se a crise de representação nos países desenvolvidos e em certos setores das sociedades periféricas responde, como notou Runciman (2019), à percepção de que já não há uma diferença expressiva de aptidões entre as elites políticas e os cidadãos comuns, ela permanece desmedida na realidade brasileira. Entre as camadas populares, a rejeição à ordem e aos atores convencionais não encontra na representação, definitivamente, o seu problema fundamental.

Cumpra também notar que a organização hierárquica do MTST enfrenta menos resistência do que sugere a noção, razoavelmente difundida, de um esgotamento de instituições políticas tradicionais, que concentram o poder e são impermeáveis à participação. O que não se explica somente pela preferência por uma direção, uma elite, mais preparada para defender os interesses do grupo. Mas também pela ausência de tempo e vontade para participar de processos de tomada de decisão e assumir tarefas políticas. Como dito acima, a imensa maioria da base do MTST não tem interesse em engajar-se em instâncias deliberativas, sejam elas coordenações territoriais e de ocupação, sejam as mais altas esferas políticas, como as coordenações estaduais e nacional. Seu objetivo imediato (a casa) passa ao largo de um envolvimento mais amplo com a organização.

Mesmo entre a militância do movimento advinda da base, poucos vislumbram participar ativamente da tomada de decisões políticas. Muitos chegam a permanecer anos e anos em diversos coletivos sem que assumam prestígio e responsabilidade maiores. É muito comum, por exemplo, que um coordenador passe anos no MTST apenas registrando a presença de acampados em lutas e assembleias e participando de reuniões sem contestar qualquer encaminhamento sugerido por seu dirigente. São poucos os que, pelo contrário, assumem uma postura proativa e chegam a propor

iniciativas. Predominam espaços desprovidos de debates aprofundados e a passividade da militância.

O que pode ser interpretado de ângulos diferentes e revela uma série de coisas. Primeiro, uma confiança quase irrestrita na direção do movimento e em sua forma de operar. Segundo, uma insegurança fortemente informada pelo papel que essas pessoas costumam desempenhar em uma sociedade marcada por desigualdades excepcionais. Elas não são formadas, afinal, nos ambientes escolar, familiar e profissional, para tomar decisões e assumir posições de liderança. Elas são ensinadas e se acostumam, no dia a dia, a acatar e obedecer regras.

Antonio Negri e Michael Hardt (2016, 385), analisando os efeitos de transformações no modo de produção capitalista à imagem do paralelo estabelecido por Lênin entre a estrutura vertical do partido de vanguarda e as relações fabris de produção, concluíram que a economia pós-industrial estimularia as pessoas a superar vínculos de subordinação e a desenvolver ímpetos de criação nos terrenos econômico e político. O que pode ser, ao menos em parte, verdadeiro para o centro do capitalismo. Mas que, caso se observe, é irrisório na sua periferia. Em países como o Brasil, a evolução do capitalismo não tem reservado exatamente aos trabalhadores mais pobres a aptidão e o gosto pela construção de soluções coletivas e a participação na vida pública. É a necessidade que os têm, por vezes, empurrado para uma relação ambígua com saídas pragmáticas, que guardam uma relação contingente com a política.

Por fim, não podemos ignorar, como diversos autores já notaram (Plotke, 1997), que a ampliação dos mecanismos formais e informais de participação não significa, necessariamente, mais igualdade, na medida em que a participação política exige recursos desigualmente distribuídos. No MTST, já ouvi acampados me dizerem que não são coordenadores porque, desempregados, não têm “dinheiro sobrando”. Para não falar da quantidade inumerável de atividades e atos de que coordenadores não podem participar por falta de recurso, por não ter com quem deixar os pais ou os filhos, por ter de fazer um bico etc.

Fazer parte da coordenação, muitas vezes, é menos uma forma de participar e incidir sobre as decisões coletivas do movimento e mais uma maneira de alcançar um título e um reconhecimento que essas pessoas, cujo valor não é reconhecido nos ambientes público e privado, não encontram fora dele. O MTST acaba consistindo em um espaço de acolhimento e que também lhes permite adquirir alguma autoridade. Uma autoridade tanto moral, perante acampados exclusivamente

preocupados com seu interesse individual pela casa, quanto política, perante acampados que devem respeitar orientações que a coordenação transmite.

Vi que era organizado, que não tinha bagunça

O respeito, por parte da base do movimento, aos poderes instituídos dentro dele se manifesta também no apreço difundido pelas normas que regulam práticas e indivíduos em uma ocupação. Ao perguntar para qualquer acampado os motivos que o levaram a permanecer na luta dentro do terreno, é muito provável que, antes de comentar a confiança na conquista da casa própria, ele aponte para a organização da ocupação. Acostumadas a invasões de terreno organizadas espontaneamente pela comunidade do entorno ou por outros atores periféricos, como o crime organizado, as pessoas entram numa ocupação do MTST esperando o mesmo modus operandi. A saber, uma corrida pela separação de lotes, o pagamento regular de uma determinada quantia cujo destino ninguém conhece, a sobreposição confusa de atores, uma comunicação precária com as lideranças, a pronta instalação de biqueiras, consumo de drogas lícitas e ilícitas e relações mediadas pela força. Elas se surpreendem, porém, ao perceber que em uma ocupação do MTST não há lote, todos os barracos devem ter o mesmo tamanho, não se cobra nada, há assembleias regulares para garantir a comunicação entre lideranças e acampados, o terreno é dividido em grupos, representados por uma coordenação eleita, não é permitida a instalação de biqueira ou a presença de qualquer outro ator social, político ou religioso dentro do terreno. Assim como as condutas são fortemente reguladas: é proibido o consumo de drogas e bebidas alcoólicas, episódios de violência são punidos com advertência ou expulsão e qualquer comércio ou evento sem autorização do setor de organização é proibido.

É evidente a correlação entre o rigor das normas dentro da ocupação e a confiança dos acampados no movimento. O que se manifesta em inúmeros relatos, mas também na aprovação desse conjunto de regras em assembleia, invariavelmente por aclamação. A ocupação opera no imaginário das pessoas como um tipo de oásis em que normas são respeitadas, em contraste com uma realidade externa pautada pelo crime, pela desordem, pela lei do mais forte. O setor de organização funciona quase como o Estado que não se faz presente, pelo menos da maneira que se espera, do lado de fora. Por incrível que possa parecer, a ocupação é menos um território de autogoverno e livre de

coerção e mais um espaço devidamente regulado por uma autoridade que detém o monopólio legítimo não só do uso da força, mas também dos padrões de comportamento.

Considerando a possibilidade de contestação e transformação da ordem como critério fundamental para uma política radicalmente democrática, é interessante pensar que o cerceamento dessa liberdade e a valorização dos limites à transformação são impostos, sobremaneira, desde baixo. São os próprios acampados que reforçam a concentração da autoridade nas lideranças. Uma autoridade que não só é bem-vinda como é uma espécie de condição para a existência da ocupação e do próprio MTST. Sem ela, não haveria confiança suficiente para o tipo de organização e luta proposto pelo movimento.

A demonstração mais nítida, no seio do MTST, do apreço do subproletariado pela ordem diz respeito à narrativa que justifica, moralmente, sua estratégia. Novos acampados e coordenadores sempre questionam a legitimidade de um método de luta que passa pela ocupação de propriedades privadas. No senso comum, do qual são vítimas pelo julgamento de amigos, vizinhos e familiares, nossas ocupações não passam de uma forma de “tomar o que é dos outros”, prática típica de “vagabundos que não querem trabalhar”. Frente a essas acusações, das quais eles geralmente não conseguem escapar, o movimento recorre a um argumento infalível: a lei. É com base no artigo 5º da Constituição Federal, citado em demasia em formações e assembleias, e a previsão da função social da propriedade, que se justifica a entrada em terrenos ociosos. Ao fazer isso, não estamos “tomando o que é dos outros”, dizemos, “estamos simplesmente fazendo com que a lei seja cumprida, exigindo que o poder público desaproprie aquela área, indenize o proprietário e construa moradias populares”. Ou seja, a narrativa usada se apoia na estima da base pela lei, pela constituição e pela propriedade privada. Não estamos tirando nada de ninguém e tampouco atacando o direito à propriedade. É dessa maneira, mobilizando um senso comum legalista e conservador, que um movimento crítico da ordem liberal organiza a luta social e política dos sem-teto (Alberto, 2019).

Mas esse apreço pela ordem e pelo Estado que se observa entre as camadas populares decorre do fato de que ele não é percebido apenas como uma entidade autoritária, a serviço das classes dominantes, que oprime direitos e organizações dos trabalhadores ou então cuja função é meramente disciplinar comportamentos desviantes. O Estado se presta também à assistência e à proteção dos indivíduos. Apesar da precariedade relativa de bens e serviços públicos, é com o

Estado que os mais pobres contam para lidar com a maioria de suas carências. A ordem, em boa parte assegurada pelo Estado, é estimada e romper com ela significa um risco para os trabalhadores mais pobres. Além de encontrarem nela e nos seus representantes junto ao poder instituído o pertencimento a algo maior, o uno de que falou Hobbes, a ordem oferece aos de baixo uma série de vantagens que a ruptura ameaça. Como disse Bourdieu (2012, 600), os dominados podem recorrer à saída, à exclusão, à dissidência, à secessão ou ao protesto, uma maneira de estar no sistema. A forma como a alternativa é muitas vezes colocada ignora, porém, que os governados enfrentam custos de secessão ligados à perda de ganhos com a ordem, que não são nunca inexistentes. Geralmente, eles preferem forçar, pela ameaça de secessão, os governantes a fazerem concessões, como também notou Chatterjee (2004). Exatamente o que fazem os acampados do MTST, organizados em função da necessidade de escapar do aluguel, mas pouco afeitos à supressão das autoridades constituídas e ao autogoverno. É por meio de uma reivindicação junto a elas, que reconhece sua legitimidade e seu poder, que eles pretendem satisfazer suas necessidades. Sem que isso implique a interrupção da ordem ou sua superação por uma democracia substantiva, em que a participação dos cidadãos não seja eclipsada por uma representação que lhes reserva momentos esporádicos e limitados de influência sobre o poder instituído.

A relação com o Estado, suas instituições políticas e de representação se coloca como um imperativo de ampliação das possibilidades de sobrevivência, no sentido do que Gago (2018) chamou de pragmatismo vitalista para tratar das relações econômicas, mas cuja ideia poderíamos transpor para as relações políticas. Ao votar, interagir com poderes estabelecidos, partidos, eleitos e candidatos dos mais variados tipos, as pessoas colocam de lado a desconfiança nessas autoridades para buscar objetivos muito concretos. Diversas vezes, presenciei visitas de deputados, vereadores e candidatos em ocupações do MTST sem que isso significasse um incômodo para acampados descrentes da política institucional. Para elas, afinal, sua presença indicava a força do movimento junto ao Estado e sua real capacidade de alcançar suas reivindicações. Ao fazer um ato em direção à sede da prefeitura ou do governo do estado e trazer seus representantes para falar em cima do caminhão, o objetivo do movimento é menos atacar o poder e mais mostrar a força que tem de fazê-lo agir em seu favor. A relação é de conflito em relação ao Estado e à ordem, mas são eles que, em última instância, podem resolver os problemas dos governados. E é com ela que eles contam.

Deus abençoe

Em 10 de março de 2019, o MTST-SP organizou, em Taboão da Serra, um seminário sobre a luta das mulheres e da população LGBT. A primeira atividade do dia tinha como objetivo questionar estereótipos de gênero e a consequente discriminação. A., que conduzia o debate, perguntou em determinado momento por que um menino que sai com diferentes meninas é elogiado enquanto uma menina que faz o mesmo é vítima de severo julgamento. Sua intenção era discutir a opressão decorrente de nossa cultura machista e, de fato, as pessoas que estavam ali se sensibilizaram com a provocação. Sentada atrás de mim, porém, uma coordenadora sussurrou em voz baixa, mas em tom suficientemente alto para que alguém a escutasse: “menino não traz filho pra casa”.

*

É interessante pensar sobre o significado da palavra esquerda hoje em dia. É verdade que ela ainda faz referência a um campo que defende a igualdade social e a soberania popular. De algum tempo para cá, no entanto, sua apreensão corriqueira é mais sinuosa. Pois na medida em que os programas econômicos de partidos progressistas evoluíram em direção à direita, lhes restou buscar alguma distinção em relação aos conservadores no âmbito dos costumes (Lilla, 2018; Piketty, 2019). O que rendeu bons frutos eleitorais em diversos momentos e países e reconfigurou a clivagem que hoje organiza a disputa política. Com efeito, questões ligadas à igualdade simbólica pautam boa parte do debate contemporâneo, em detrimento dos conflitos de ordem distributiva – a despeito de não haver fronteira estanque e real entre eles. É evidente que a disputa material não desapareceu e continua a orientar ações coletivas, mas ela já não parece mais capaz de organizar o espectro político em que se espalham forças políticas como ocorreu ao longo do século XX.

No Brasil, partidos como o PT ainda preservam uma identidade associada à justiça social. Embora tenha feito concessões em seu programa original, não está fora de seu horizonte uma sociedade menos desigual, com serviços públicos universais e um Estado capaz de regular o mercado e redistribuir seus excedentes. O que é percebido por trabalhadores nostálgicos do progresso material dos governos petistas. No entanto, o PT não evoca uma alternativa fundamental aos governos que ele sucedeu ou antecedeu. A popularidade de Lula se sustenta muito mais na memória de um

momento de bem-estar e esperança do que propriamente em uma política apoiada numa clivagem de classe ou que oponha o povo às elites econômicas – até pela natureza conciliadora do lulismo.

Também em países periféricos como o Brasil, portanto, a oposição esquerda-direita passou a fazer alusão a visões de mundo divergentes em relação aos costumes e às identidades. Algo que é continuamente reforçado por ambos os lados, que devem recorrer a algum antagonismo para justificar sua existência. Com cada vez mais frequência, partidos de esquerda colocam no centro de seu programa bandeiras como o feminismo e o antirracismo. Em contrapartida, é notável o acirramento da retórica conservadora por parte de uma direita que, durante algum tempo, cultivou valores liberais.

Ao abraçar as pautas chamadas identitárias como recurso para se distinguir da direita em meio à acomodação com a agenda neoliberal, o campo progressista assumiu uma face que desperta, porém, desconfiança nos mais pobres. É evidente que há formas e formas de incorporar as legítimas reivindicações desses grupos à identidade política de esquerda. As dimensões machista, homofóbica, racista de nossa cultura resultam, afinal, em violência, discriminação e opressão para a maioria dos trabalhadores. Contudo, predomina no campo progressista um tipo de discurso e de prática que tende a afastar essas pessoas.

Primeiro, cumpre notar algo pouco discutido pela literatura, a saber, o incômodo das camadas populares com uma narrativa que divide e reforça a condição de subalterno. Polletta (1998), analisando movimentos feministas, mostrou, por exemplo, como discursos organizados em torno da posição de vítima tiveram pouca capacidade de mobilização nos Estados Unidos. No MTST, pude perceber o apelo restrito de enunciados que, a princípio, corroboram as diferenças. Talvez como um mecanismo de defesa frente às discriminações de toda sorte, boa parte dos trabalhadores mais pobres se agarra a um ideal de igualdade aparentemente questionado pelas políticas identitárias. Em diversas formações e conversas informais, senti um considerável incômodo com a ideia de que as diferenças devam ser reconhecidas e tratadas de forma específica. Nesse mesmo sentido, é significativa a recusa em aderir a uma lógica e um vocabulário que sugerem colocar determinados grupos numa posição de submissão. O reflexo, aqui, é recusar mais uma camada de dominação a uma vida já repleta de carências simbólicas e materiais.

Em segundo lugar, a agenda liberal no plano dos costumes pode ser antagônica em relação a valores caros a amplos setores do subproletariado. Estruturas coletivas que Antonio Negri e

Michael Hardt (2016, 183) consideram corromper a lógica do comum, como a família, são eminentemente caras às populações mais pobres. Pois com a degeneração contemporânea da esfera pública, reforça-se a procura por amparo em círculos privados de socialização. Portanto, quando a esquerda assume como principal parâmetro de sua identidade uma postura liberal no plano dos costumes, ela esbarra em limites importantes para se fazer ouvida e respeitada por trabalhadores que encontram na família, na religião e nas igrejas aquilo que antes encontravam em sindicatos, associações e partidos. Por mais urgente que seja a luta contra todo tipo de discriminação, sua conexão com a cultura e a realidade popular não é nada mecânica. A mãe que teme ver sua filha voltar grávida para casa está muito mais sujeita a aderir ao discurso fundamentalista religioso, que veta relações sexuais antes do casamento, do que ao discurso libertário feminista.

Com efeito, forças que se pretendam populares não podem negligenciar a centralidade que valores associados à imagem da família patriarcal e à religião cristã, sobretudo em sua versão pentecostal, têm na vida dos trabalhadores. Em 2018, o chamado “kit gay” foi tema de acalorados debates com militantes inseguros sobre a melhor forma de defender Fernando Haddad no segundo turno das eleições presidenciais. A solução encontrada pelo setor de formação do MTST foi, muitas vezes, recorrer à face humana e solidária de Jesus para desqualificar Bolsonaro como insensível e violento. Grupos de acampados no Whatsapp, assembleias e reuniões de coordenação são repletos de referências religiosas. O que não significa, necessariamente, uma concessão conservadora, mas revela os limites de uma narrativa de enfrentamento aos princípios cristãos mais correntes.

No MTST e na política, o subproletariado busca, sobretudo, respostas a problemas e necessidades de ordem material que enfrenta no dia a dia. O acolhimento e o pertencimento a algo maior é encontrado, via de regra, na igreja. Pois mais do que oferecer um conforto espiritual frente a uma realidade cada vez mais marcada por privações, ela ainda tece redes objetivas de proteção, com a distribuição de ajuda de variados tipos e com a ativação de contatos que servem para descolar pequenos bicos e oportunidades profissionais.

Vai ter lista?

A força crescente do pentecostalismo tem contribuído também para o desenvolvimento, entre camadas do subproletariado, do que autores como Dardot e Laval (2016) chamam de subjetividade

neoliberal. Por meio da teologia da prosperidade, promovem-se princípios como o empreendedorismo, a iniciativa individual e um mercado livre de entraves estatais à concorrência. Mas não é apenas a igreja que alimenta a razão neoliberal entre os mais pobres. As próprias transformações no modo de produção capitalista têm difundido a imagem edulcorada de uma sociedade feita de indivíduos autônomos, que não dependem de patrões ou do governo. É evidente que, de um lado, se impõem os constrangimentos do excesso de trabalho, da renda baixa e da ausência de regulação estatal sobre relações informais e “uberizadas”. No entanto, de outro, a ideia de pagar menos impostos e de não ter patrão é atraente aos olhos de pessoas desiludidas com a oferta precária de trabalho estável e bem remunerado e com um Estado atravessado por esquemas de corrupção e ineficaz na provisão de serviços públicos. Quando valoriza a possibilidade de não ter patrão, o trabalhador tem ainda como referência relações profissionais em larga medida informadas por padrões excepcionais de exploração.

Os valores conservadores do subproletariado, ligados à centralidade que a família e a religião ocupam em suas vidas, se articulam, então, com uma relação menos conflituosa do que se intuiria com o discurso neoliberal. Com efeito, noções como o esforço individual e a meritocracia estão profundamente presentes na forma como o MTST se organiza e constrói a narrativa que justifica o engajamento e a luta. Na medida em que o avanço das negociações relativas à moradia é resultado direto da mobilização, a base consente tranquilamente com o critério da participação em atos e assembleias para a distribuição dos apartamentos conquistados. No meu primeiro contato com o movimento, fiquei surpreso. Como assim um movimento de esquerda, fundado em princípios como a solidariedade, apoia praticamente toda sua organização no registro da meritocracia e ignora a distribuição desigual da vulnerabilidade e das possibilidades de participação?

Não demoraria a perceber, porém, que sem esse critério, o MTST, sob a forma que o conhecemos, não seria possível. E não exatamente porque suas assembleias e atos seriam esvaziados. Mas porque o controle da participação atesta, antes de tudo, a justiça do movimento, cujo lastro meritocrático obedece a normas reconhecidas e valorizadas pela sua base. A mesma confiança despertada pela organização da ocupação é nutrida pela convicção de que, diferentemente do mundo real, em que interesses pessoais e espúrios mediam as relações sociais, no MTST vigora a impessoalidade e cada um faz por merecer a sua recompensa. É como se o movimento realizasse a modernidade liberal que o Brasil falhou em alcançar. No movimento, a luta é coletiva e apenas

com a mobilização popular a conquista da casa se faz possível. Contudo, ela é feita do esforço individual de cada um que o compõe. O neoliberalismo vindo de baixo de que fala Gago (2018) é uma dimensão crucial para entender como a base do MTST se relaciona com seus direitos e com a luta política. Da mesma maneira que suas possibilidades de sobrevivência são determinadas pelo trabalho individual, a política pode ampliá-las. Mas desde que cada um faça por merecer.

Conclusão

Ao me aproximar do MTST, em 2017, e notar sua iminente investida eleitoral, me interessou a ideia de entender as dificuldades que ele encontraria para conciliar as ações políticas parlamentar e extraparlamentar. A lei de ferro das oligarquias se aplicaria, afinal, a mais uma tentativa de articular as dimensões instituinte e instituída do poder, tão cara a uma perspectiva substantiva de democracia? Que mecanismos e práticas o movimento adotaria para evitar a cooptação pela ordem? Eram perguntas que eu me fazia entusiasmado com a possibilidade de presenciar, de perto, o ressurgimento de uma força de esquerda popular e radical depois da acomodação lulista.

No entanto, o cotidiano do movimento e o contato intenso com a sua base me fizeram notar que o desafio que ele enfrenta é anterior e de caráter não só político, mas tem profundas dimensões antropológica e sociológica. Pois as pessoas não entram e tampouco permanecem no MTST para subverter a ordem capitalista e o Estado pós-democrático. Elas o fazem movidas por cálculos pragmáticos de sobrevivência e não têm no horizonte o autogoverno, mas simplesmente a possibilidade de fazer com que suas necessidades sejam atendidas pelos governantes. É pela ordem, embora numa relação de conflito e cooperação com ela, que as aspirações vitalistas do subproletariado são atendidas. O sentido da pergunta que se impõe a pesquisadores e militantes de esquerda, portanto, diz respeito à viabilidade de um discurso e de uma prática política que sejam, ao mesmo tempo, radicais o suficiente para dar conta do colapso da ordem e capazes de levar em conta o apreço e a dependência que os trabalhadores têm em relação a ela. Um desafio do tamanho do seu objetivo.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. *Sur l'Etat: cours au Collège de France 1989-1992*. Paris : Seuil, 2012.

CHATTERJEE, P. *The politics of the governed: reflections on popular politics in most of the world*. Nova York: Columbia University Press, 2004.

CASTORIADIS, C. *Le monde morcelé*. Paris: Seuil, 1990.

CROUCH, Colin. *Coping with post-democracy*. Londres: Fabian Society, 2000.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIERRO, Alberto. "Revolutionary Politics of Social Rights? An Ethnographic Account of the Homeless Workers' Movement in São Paulo". *Millenium*. 2019. 47 (3). 398-416.

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GAGO, V. *A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.

Graeber, David. *Um projeto de democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

Haraway, Donna. "Situated knowledges: the Science question in feminism and the privilegie of partial perspective". *Feminist Studies* 14 n.3, 1988.

Hardt, Michael e Negri, Antonio. *Bem-Estar Comum*. Rio de Janeiro, Record, 2016

KECK, Margaret E. *A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

LACLAU, E. *A Razão Populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LILLA, Mark. *A mente naufragada: sobre o espírito reacionário*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

MANIN, B. *The principles of representative government*. Cambridge: Cambridge University Press New York, 1997.

MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

PIKETTY, Thomas. *Capital et idéologie*. Paris: Seuil, 2019.

PITKIN, F. H. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press, 1984.

PLOTKE, D. "Representation is democracy", *Constellations*, 1997. vol.4, no.1.

POLLETTA, Francesca. 'It Was Like a Fever...' Narrative and Identity in Social Protest. *Social Problems*, v. 45, n. 2, 1998, pp. 137-159.

RUNCIMAN, David. *How democracy ends*. Londres: Profile Books, 2019.

SINGER, André. Os sentidos do lulismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. O lulismo em crise. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

STREECK, W. *How will capitalism end?* Londres: Verso, 2017.